

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2025-05-17

Registo

PT/BP/BP-GUARDA - Agência do Banco de Portugal na Guarda

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/BP/BP-GUARDA
Código de referência Nyron	BP-Guarda
Título	Agência do Banco de Portugal na Guarda
Datas de produção	1892-11-02 - 1993-06-28
Dimensão e suporte	641 Livros e 50 Caixas ; Centímetros ; Papel
Entidade detentora	Banco de Portugal

História administrativa/biográfica/familiar

Tendo como base o contrato estabelecido entre o Banco de Portugal e o Governo, datado de 10 de dezembro de 1887, e por contrapartida da detenção do monopólio da emissão de notas, no qual o primeiro se comprometia a criar agências em todas as capitais de distrito do continente e Ilhas, em contrapartida de assumir as funções de banqueiro do Estado e de Caixa Geral do Tesouro, a Agência do Banco de Portugal na Guarda iniciou a sua atividade no dia 2 de novembro de 1892. No edifício anteriormente ocupado pela Repartição Distrital de Finanças, Virgínio José Rolland, em nome do Governador, deu posse aos Agentes Bernardo Xavier Freire, ex-tesoureiro pagador do distrito e agente provisório do Banco e a António Ferreira dos Santos. Na mesma ocasião, foi dada posse aos restantes quatro empregados. Foi efetuada a transição da Agência provisória para a definitiva, tendo entrado nos cofres da nova Agência todos os valores anteriormente apurados, 42 485\$377 réis em metal e ainda 177\$150 réis em objetos pertencentes à Caixa Geral de Depósitos. Entre as tarefas de maior importância da Agência contavam-se as operações com o Tesouro Público, cheques e letras tomadas s/ o país, desconto de letras, transferência de fundos, recolha e troca de notas e operações com o estrangeiro. Os principais problemas com que a Agência se defrontou ao longo de mais de um século de atividade foram: o retraimento e desconfiança inicial da população face à circulação de notas do Banco, principalmente às de maior valor, o pouco volume do desconto que apenas ganhava expressão entre maio e junho, altura em que os industriais compravam lã, a concorrência de outros bancos da praça que praticavam taxas de juro mais atrativas e a grande circulação de notas falsas que afluíam à Agência mercê da sua proximidade com a fronteira. A Agência queixava-se também à Sede dos custos elevados com as transferências de fundos para os correspondentes, ocasionados pelas grandes distâncias e pelas más vias existentes no distrito, que oneravam em muito, os gastos e encargos da Agência.

O distrito onde se inseria a ação da Agência era extenso, montanhoso e de fracas acessibilidades daí a importância de uma boa rede de correspondentes. Esta iniciou-se com a criação da Agência, com os correspondentes em Celorico da Beira, Gouveia e Pinhel a que se juntou Seia. Em 1935 havia correspondentes em Almeida, Celorico da Beira, Manteigas, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso, Vila Nova de Tazém e Vilar Formoso. Em 1976, à data da sua extinção, a rede contava com 24 correspondentes. O distrito caracterizava-se pelo seu terreno pobre, com propriedade de minifúndio e onde a agricultura, principal ocupação, se limitava à produção da batata, o principal produto, além de alguns cereais, castanha, azeite e vinho na zona pertencente à região duriense (Vila Nova de Foz Côa, Meda e Figueira de Castelo Rodrigo). A pastorícia era um sector importante que alimentava as indústrias dos lacticínios, como o queijo da Serra em Celorico da Beira, a do gado e a da lã, a principal da região. Durante a Segunda Guerra foram ainda importantes as indústrias extrativas do estanho e do volfrâmio que foram decrescendo, vindo a ter maior importância a extração de urânio. Entretanto foi ganhando alguma importância indústrias como as de refrigerantes. Nos anos 60, o distrito sofreu forte impacto com o fenómeno da emigração, primeiro nas zonas raianas como o Sabugal, e depois por todo o distrito. Este fenómeno, sentiu-se positivamente nas remessas dos emigrantes que se tornaram o fator mais importante na economia da região. Teve no entanto, um efeito muito negativo no progressivo abandono das terras de cultivo e na saída em massa da população ativa.

Em 1975, com a nacionalização da Banca e a promulgação da nova Lei Orgânica do Banco, a Agência apresentou grandes variações de movimentos nos diversos sectores, facto a que não foi alheio o fim do desconto nas Agências. A partir de abril de 1976, a rede de correspondentes foi extinta e em 1977 encerrou a grande maioria das agências concelhias. Assim, os serviços nas agências passaram a limitar-se, quase exclusivamente, às operações de Tesouraria e Tesouro Público. Nesta sequência, em 1978, foram implantados novos serviços, nomeadamente o de Licenciamento de Operações com o Estrangeiro, o de Compensação e o de Apontes e Protestos. Em 1980, houve um decréscimo nos serviços do Tesouro por terem sido implantadas novas modalidades de abastecimento das tesourarias públicas e novas modalidades de pagamento dos vencimentos do funcionalismo público. Durante este ano, a Agência, por motivos de segurança, passou a funcionar em regime de "banco de acesso condicionado". Em 1981 foi instalado o serviço de Operações de Capitais e no ano seguinte o de Mercadorias. Em 1985, iniciou-se o processo de informatização na Agência. Contava, então, com 18 empregados. A Agência foi encerrada em 31 de maio de 1993.

EDIFÍCIO

Desde início, as instalações onde funcionava a Agência se mostraram exíguas e cedo se optou pela construção de um edifício de raiz, próprio para as funções que desempenhava. Assim, em setembro de 1897, o Banco comprou um terreno ao Clube Egyptaniense, numa das melhores zonas da cidade, na Rua Marquês de Pombal, freguesia da Sé e em frente ao novo mercado da cidade. A execução do projeto foi entregue ao capitão engenheiro Xavier da Cunha, Diretor das Obras Públicas do distrito da Guarda, sendo mestre de obras, Francisco António Meira, vindo de Coimbra. Em 1901 foi inaugurado o novo edifício, com algum atraso. Era um edifício de um só piso na sua parte fronteira, num terreno de acentuado desnível, com fachada de cantaria, janelas e uma porta com ombreiras em granito ornamentado, adornando toda a fachada e rematado por pequenas janelas e óculos, ao nível da cobertura. Em setembro de 1905, o Banco comprou dois terrenos contíguos dos quais vendeu uma parte em 1919. Do restante, em 1957 resolveu ali construir duas moradias para instalação dos Agentes. O edifício conheceu, durante a sua existência, várias obras de beneficiação, tanto interiores como exteriores já que os temporais e o gelo, frequentes na zona, eram causadores de muitos estragos. Assim, em 1939 e nos anos 60 todo o exterior foi alvo de obras de restauro. O aquecimento foi desde o início, um encargo suplementar para a Agência; solucionado, primeiro com lenha, posteriormente com a instalação de aquecimento a vapor e mais tarde com a instalação do ar condicionado. Depois do encerramento da Agência, o edifício foi vendido, estando, atualmente, ocupado pelo Novo Banco.

Existência e localização de cópias

Nenhuma

Unidades de descrição relacionadas [PT/BP/BP-CG] - Contabilidade Geral; [PT/BP/BP-DEL] - Delegações; [PT/BP/BP-EE] - Estatísticas e Estudos; BP-Obras;
Para ver as fotografias da Agência consulte: [PT/BP/COLFOT/GUARDA];
Para ver as Peças Desenhadas da Agência consulte: [PT/BP/OB/PD/GUARDA].